



RECURSOS DAS PROVAS DO CONCURSO DO CRATO

PROVAS APLICADAS DIA 11 DE JULHO - MANHÃ

COMUM A TODOS OS CARGOS

PORTUGUÊS

QUESTÃO: 03

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. Apenas na alternativa B o processo narrativo estabelece os efeitos psicológicos (medo) e físicos (trecos no estômago) sobre Breno, a partir do que ele observa em relação ao outro. Os efeitos comprovam a identificação (tornar idêntico, sentir o que a borboleta poderia estar sentindo) e esta é movida pela empatia (capacidade de se por no lugar do outro)

QUESTÃO: 04

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. A alternativa Letra E é a única que não apresenta uma sequência cronológica de fatos, apenas uma reflexão sobre a situação da Borboleta.

QUESTÃO: 06

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. O enunciado da questão apresenta todas as informações necessárias para a resposta

QUESTÃO: 07

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. A questão é contemplada no conteúdo programático já que trata de gramática normativa inserida em concordância verbal, bem como traz o elemento destacado de forma clara.

QUESTÃO: 09

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. A alternativa Letra E é a única que apresenta o uso incorreto da crase, já que esta ocorre antes de palavras femininas em construções frásicas com substantivos e adjetivos que pedem a preposição a e com verbos cuja regência é feita com a preposição a, indicando a quem algo se refere, como: agradecer a, pedir a, dedicar a. O que não acontece na expressão “a lápis”

QUESTÃO: 10

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. Trata-se de período composto por coordenação. A conjunção NEM tem valor aditivo e, nos casos de período coordenado em que não ocorre repetida, não deve ser antecedida por vírgula. Nos casos em que se trata de representação escrita de uso da modalidade oral da língua, é permitido usar a vírgula para representar a ocorrência de uma pausa. A questão não faz referência a uso do português falado, de modo que deve ser observada a norma referente ao registro escrito. Mantém-se o gabarito

MATEMÁTICA

QUESTÃO: 11

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. A questão é bem clara.

QUESTÃO: 14

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO



IMPROCEDENTE. A afirmação é que todo triângulo equilátero é isósceles, pois possui 3 lados com mesma medida; em particular possui duas medidas iguais. Num triângulo equilátero, qualquer lado pode ser a base. A raiz quadrada do quadrado de um número real é, por definição, o módulo desse número real. Logo, o item A) está errado. O item E) está correto.

QUESTÃO: 15

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. A negação de uma proposição do tipo $P \vee Q$ é $\sim P \wedge \sim Q$. Questão está clara e objetiva, daí, o gabarito oficial está correto letra A. Dizer que um número não é menor que 28 é equivalente a dizer que o número é maior do que ou igual a 28. Infelizmente não se ateu a esse detalhe.

COMPETÊNCIA SOCIO EMOCIONAL

QUESTÃO: 17

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. Questão com característica interpretativa, atualmente bastante discutida nas áreas da Psicologia e Educação.

QUESTÃO: 20

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. Questão com característica interpretativa.

CONHECIMENTOS EM INFORMÁTICA

QUESTÃO: 021

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. O termo armazenar pode ser utilizado com o mesmo sentido de “guardar” no caso, guardar um conteúdo específico (endereços de e-mail para envio de cópias ocultas).

QUESTÃO: 022

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. O termo atual é análogo a “corrente” e, portanto, tem o mesmo significado no contexto da questão.

QUESTÃO: 024

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. Errar no preenchimento do gabarito não é motivo para anulação de uma questão. O candidato que protocolou o recurso solicita que seja alterado o gabarito que ele preencheu de forma equivocada sob a justificativa de ser técnico em informática e, portanto, não teria como “ERRAR” a questão. Em outro recurso o candidato solicita anulação da questão em virtude de não ser especificado qual a fonte (origem) da figura e cita vários programas que possuem o mesmo ícone como exemplo para justificar que a figura poderia vir de qualquer um destes programas. Ao observar os demais ícones presentes na figura e, principalmente, a lista de programas elencados no conteúdo programático do edital, onde não constam os programas citados pelo candidato, conclui-se que a figura foi extraída do Microsoft Word e, portanto, não há motivos para anular a questão. Em outro recurso um candidato afirma que existe um segundo botão como o mesmo símbolo e esta informação não procede.

QUESTÃO: 025

RESULTADO: RECURSO ACEITO

PROCEDENTE. Por não deixar explícito o sistema operacional Microsoft Windows, podendo o Microsoft Excel ser executado no MacOs e, neste último caso ter um resultado diferente. QUESTÃO NULA.

CONHECIMENTOS GERAIS

QUESTÃO: 26

RESULTADO: RECURSO ACEITO

PROCEDENTE. Questão apresenta elementos que possibilitam mais de uma interpretação. QUESTÃO NULA.

QUESTÃO: 27

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. A questão versa sobre os principais fatos que influenciaram o processo em discussão.

QUESTÃO: 28

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. Não existe elementos para essa interpretação.



QUESTÃO: 29

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO
IMPROCEDENTE. A questão versa sobre o Geoparque

QUESTÃO: 30

RESULTADO: RECURSO ACEITO
PROCEDENTE. Questão apresenta elementos que possibilitam mais de uma interpretação. QUESTÃO NULA.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA OS CARGOS

CUIDADOR SOCIAL

QUESTÃO: 33

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO
IMPROCEDENTE. Conforme a Lei citada: Art. 19 quando VII - encaminhar à apreciação do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) **relatórios trimestrais e anuais** de atividades e de realização financeira dos recursos.

QUESTÃO: 34

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO
IMPROCEDENTE. Estatuto da Criança e do Adolescente.

QUESTÃO: 36

RESULTADO: RECURSO ACEITO
PROCEDENTE. Disposição dos itens. QUESTÃO NULA.

QUESTÃO: 37

RESULTADO: RECURSO ACEITO
PROCEDENTE. Disposição das alternativas. QUESTÃO NULA.

QUESTÃO: 38

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO
IMPROCEDENTE. Verificar Lei citada no enunciado da questão.

QUESTÃO: 39

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO
IMPROCEDENTE. Item III refere-se a proteção social básica, conforme Política citada.

QUESTÃO: 42

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO
IMPROCEDENTE. Somente a alternativa indicada corresponde **ao eixo** requerido na questão.

QUESTÃO: 45

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO
IMPROCEDENTE. Verificar documento citado no enunciado da questão.

GUARDA MUNICIPAL

QUESTÃO: 32

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO
IMPROCEDENTE.

32. (CONCURSO CRATO/2021) Com base no texto constitucional, são Poderes da União, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário...

Razões: No conceito de freios e contrapesos trazido inicialmente por Montesquieu e referendado ao longo da história recente e do caráter uno e indivisível de sua hipótese, em sentido amplo, o binômio independência e harmonia, reveste satisfatoriamente a relação entre legislativo, executivo e judiciário, sobretudo, por NÃO admitir apenas um dos elementos em separado do outro, assim, independência sem harmonia pressupõe possibilidade de conflito entre os poderes e harmonia sem independência poderia gerar cooptação de um dos poderes sobre os demais, assim temos:

A – Separados e dependentes entre si não garante o teorema montesquiano, ausente também no texto constitucional.

B – Separados não garante o teorema montesquiano, ausente também no texto constitucional.



- C – Independentes, embora seja uma partícula, não garante o teorema montesquiano, ausente também no texto constitucional.
D – Independentes e harmônicos entre si. **Resolve de forma satisfatória o comando.**
E – Inviável, por ser identificada uma alternativa que satisfaz o comando.

Da Habilidade: Pelo fato ser um certame com exigência mínima de nível médio espera-se do candidato a memorização para identificar a alteração de alternativas que possa mudar o sentido da resposta ou de forma incompleta não satisfazê-la.

QUESTÃO: 33

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO
IMPROCEDENTE.

33. (CONCURSO CRATO/2021) Com base no texto constitucional, são objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, exceto:

Razões: A República Federativa do Brasil sem ampara em princípios e objetivos, a percepção dos objetivos são os resultados esperado pela atual ordem constitucional enquanto nação e propósito de Estado moderno, desta forma os valores são o vocacionados a garantir os direitos fundamentais de todos sem discriminações, diminuir desigualdades, trilhar o caminho do desenvolvimento enquanto nação, criando uma cultura de paz na sociedade, assim temos:

- A – Laicidade e respeito ao costumes embora iniciado por valor universalizante, a alternativa apresenta um valor que não está previsto com objetivo de uma nação em sentido amplo, ausente também no texto constitucional nacional vigente. Em que pese a “CONSTUME” tenha erro de grafia de “COSTUME” não muda o sentido da alternativa, sendo esta a resposta que satisfaz o comando, portanto a errada, **alternativa que satisfaz o comando.**
B – Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais - presente no texto constitucional.
C – Garantir o desenvolvimento nacional - presente no texto constitucional.
D – Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação - presente no texto constitucional.
E – Construir uma sociedade livre, justa e solidária - presente no texto constitucional.

Da Habilidade: Pelo fato ser um certame com exigência mínima de nível médio espera-se do candidato a memorização para identificar a alteração de alternativas que possa mudar o sentido da resposta ou desconhecimento com o comando.

QUESTÃO: 35

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO
IMPROCEDENTE.

35. (CONCURSO CRATO/2021) Com base no texto constitucional, na República Federativa do Brasil não haverá penas, exceto:

Razões: Nos termos dos artigos 1º, III, 4º, II, 5º, XLIX e parágrafo primeiro e terceiro substanciam a defesa constitucional quanto aos valores universais e absolutos dos direitos humanos, abarcando a vida e se opondo aos tratamentos cruéis e degradantes como violação do corpo e também da pena ao longo de toda existência (caráter perpétuo) além, de o Estado retirar a vida em sentença judicial, assim temos:

- A - As penas cruéis estão por princípios da Constituição repelida de forma absoluta pelos artigos primeiro e quarto em seus incisos III e II respectivamente.
B - As penas de caráter perpétuo, gênero da qual prisão perpétua, degredo, desterro, mutilação e exílio forçado, dentre outras, são espécie, encontra guarida nos princípios da Constituição repelida de forma absoluta pelos artigos primeiro e quarto em seus incisos III e II respectivamente.
C - As penas de trabalhos forçados, análogos à escravidão, estão por princípios da Constituição repelida de forma absoluta pelos artigos primeiro e quarto em seus incisos III e II respectivamente.
D - As penas de banimento, espécie da qual as penas de caráter perpétuo é gênero, encontra guarida nos princípios da Constituição repelida de forma absoluta pelos artigos primeiro e quarto em seus incisos III e II respectivamente.
E - A vida como conceito diametralmente oposto à morte encontra guarida nos princípios da constituição, no *caput* do artigo quinto da constituição, repelido de forma absoluta pelos artigos primeiro e quarto em seus incisos III e II respectivamente e do quinto, XLIX e parágrafo primeiro e terceiro.

Assim temos que a constituição de forma absoluta garante em seu arcabouço principiológico em regra a negativa as penas de morte, banimento, trabalhos forçados, perpétuas ou cruéis.

A Constituição em seus termos não trata acerca do Estado de Guerra ou sua decretação no que envolve suspensão de direitos e garantias, vejamos:

O Estado Brasileiro ao declarar Estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira (Art. 137, II), o faz ao decretar Estado de sítio, por sua vez, o Estado de sítio decreta-se para o caso do já mencionado 137, II, mas também para comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa (Art. 137, I).

O Artigo 139 e incisos, dispõe quais garantias constitucionais serão suspensas para o Estado do sítio, mas apenas para o Estado de Sítio decretado em razão do artigo 137, I, ou seja, comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa, omitindo-se, acertadamente, quanto as suspensões do Estado de Sítio relacionado a guerra.



Assim o constituinte mantém sobre o manto da regra garantidora constitucional que as penas acima debatidas continuam de forma regular repelida pela carta deixando de regrar quais garantias sofreria alteração para o período de exceção.

Qual o motivo, portanto do uso na exceção, declarar guerra? O inciso XIX do Art. 84, versa sobre dois temas: declaração de guerra e mobilização nacional, sendo a exceção apenas ao caso de guerra. O legislador constituinte poderia fazer a redação como foi feita, ou “conforme inciso XIX do Art. 84, primeira parte”. O constituinte adiantou apenas à exceção do art. 84, XIX, vinculado a condição de guerra que sequer é regulado, quanto à pena de morte, deixando claro seu caráter de extrema exceção, portanto acertando em dar a redação vinculando ao dispositivo específico, ao invés de usar o termo: (nos termos da constituição) que demonstra o caráter de regra e generalidade, não de exceção como fez o legislador constituinte.

Entretanto, da redação trazida pela alternativa **E, a mesma não repete *ipsis literis*** o dispositivo constitucional de exceção em sua totalidade, ou seja, **não reproduz a alínea A, do inciso XLVII do artigo quinto**, reproduz em parte, alterando-o de forma que a redação da alternativa tenha mudança de sentido, retirando o caráter específico de exceção da alínea A, XLVII que trata de parte do inciso XIX do artigo 84 para a generalidade de todos os valores e princípios do texto constitucional. **Motivo pelo qual a alternativa E está errada.**

Da Habilidade: Pelo fato ser um certame com exigência mínima de nível médio espera-se do candidato a memorização para identificar a alteração nos textos das alternativas que possa mudar o sentido da resposta e comprometê-lo ou ainda identificar a mudança de redação de um dispositivo.

QUESTÃO: 36

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO
IMPROCEDENTE.

36. (CONCURSO CRATO/2021) Com base em lei própria, a Guarda Municipal do Crato se destina a, exceto:

Razões: O quesito é de aferição de memorização ou na ausência desta característica discernimento para identificar, por raciocínio lógico, a alternativa que afronta o comando do quesito, assim temos:

A - Prevenir atos delituosos que atentem contra os bens, serviços e instalações municipais, priorizando a integridade das pessoas que transitam no espaço público - presente no texto legal municipal.

B - Garantir o respeito dos direitos fundamentais do cidadão na vida cotidiana - presente no texto legal municipal.

C - Colaborar na proteção do meio ambiente e do patrimônio ecológico - presente no texto legal municipal.

D - Prevenir e mediar pequenos conflitos - presente no texto legal municipal.

E - Atuar como polícia da própria municipalidade, investigar em parceria com os demais órgãos das esferas estadual ou federal – Não é a atividade da guarda municipal uma atividade policial, nem poder ter entre suas funções o de caráter investigativo policial.

Sendo esta a alternativa que satisfaz o comando.

Da Habilidade: Espera-se do candidato a memorização para identificar a alteração de alternativas que possa mudar o sentido da resposta ou desencontro com o comando.

QUESTÃO: 37

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO
IMPROCEDENTE.

37. (CONCURSO CRATO/2021) Com base em lei própria, a Guarda Municipal do Crato tem seguinte estrutura organizacional, exceto:

Razões: O quesito é de aferição de memorização ou na ausência desta característica discernimento para identificar, por raciocínio lógico, a alternativa que se desloca do comando do quesito, assim temos:

A - Comando - presente no texto legal municipal. Conforme artigo 6º, 1, da lei n.º 2.867/2013.

B - Subcomando - presente no texto legal municipal. Conforme artigo 6º, 2, da lei n.º 2.867/2013.

C - Unidade de Controle e escalas – Conforme lei municipal, as alternativas A, B, C e E são elementos da estrutura organizacional da guarda municipal, a Unidade de Controle e Escalas é uma das quatro unidades em que se dividem as coordenadorias. Conforme artigo 10 da lei n.º 2.867/2013, o termo **unidade** sequer aparece no art. 6º da Lei 2.867/2013. **Alternativa que satisfaz o comando.**

D - Coordenadorias - presente no texto legal municipal. Conforme artigo 6º, 4, da lei n.º 2.867/2013.

E - Inspetores - presente no texto legal municipal. Conforme artigo 6º, 5, da lei n.º 2.867/2013.

Da Habilidade: Espera-se do candidato a memorização para identificar a alteração de alternativas que possa mudar o sentido da resposta ou desencontro com o comando.

QUESTÃO: 38

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO
IMPROCEDENTE.

38. (CONCURSO CRATO/2021) Com base em lei própria, a Guarda Municipal do Crato tem como hierarquia na ordem, exceto:

Razões: O quesito é de aferição de memorização ou na ausência desta característica discernimento para identificar, por raciocínio lógico, a alternativa que se desloca do comando do quesito, assim temos:

A) Prefeito Municipal - Conforme artigo 7º, I, da lei n.º 2.867/2013.

B) Secretário de Segurança Pública e Administração Carcerária – A Segurança pública e a administração penitenciária são competências de atribuições dos Estados e da União, não pertencendo à municipalidade. **Alternativa que satisfaz o comando.**



C) Comandante da Guarda Municipal - Conforme artigo 7º, III, da lei n.º 2.867/2013.

D) Subcomandante - Conforme artigo 7º, IV, da lei n.º 2.867/2013.

E) Coordenadores de Unidades - Conforme artigo 7º, V, da lei n.º 2.867/2013.

Da Habilidade: Espera-se do candidato a memorização para identificar a alteração de alternativas que possa mudar o sentido da resposta ou desencontro com o comando.

QUESTÃO: 39, 40, 41, 42

RESULTADO: RECURSO ACEITO
PROCEDENTE. QUESTÃO NULA

QUESTÃO: 43

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO
IMPROCEDENTE.

43. (CONCURSO CRATO/2021) Com base em lei de abuso de autoridade, é sujeito ativo do crime de abuso de autoridade qualquer agente público, servidor ou não, da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de Território, compreendendo, mas não se limitando a:

Razões: O quesito em comento se estrutura apenas em letra de lei restrito ao Capítulo II da Lei 13.869/2019 (Dispõe sobre Crime de Abuso de autoridade). Deve o quesito oferecer ao candidato condições de aplicar a leitura exigida no edital em matéria de tamanha importância e envergadura para o serviço público, sendo assim o quesito que exige esforço intelectual e maior nível de atenção, não sendo suficiente apenas identificar uma alternativa certa dentre erradas ou uma alternativa errada dentre as certas, assim o quesito é de aferição de memorização ou na ausência desta característica discernimento para identificar, por raciocínio lógico, a alternativa que se desloca do comando do quesito, no caso em tela a alternativa mais correta e/ou completa, assim temos:

A - Servidores públicos e militares ou pessoas a eles equiparadas – Art. 2º, I, Lei 13.869/2019

B - Membros do Poder Legislativo - Art. 2º, II, Lei 13.869/2019

C - Membros do Poder Executivo - Art. 2º, III, Lei 13.869/2019

D - As alternativas "a", "b" e "c" estão erradas – As alternativas A, B e C estão corretas. O que faz com que a escolha de uma delas faz com o candidato tenha que assumir que as demais estejam erradas, sendo o candidato chamado a raciocinar e a identificar se dentre as alternativas existe uma que resolve de forma mais ou plenamente satisfatória o comando.

E - As alternativas "a", "b" e "c" estão corretas – Esta é a alternativa que melhor satisfaz o comando.

Da Habilidade: Espera-se do candidato a memorização para identificar a alteração de alternativas que possa mudar o sentido da resposta ou desencontro com o comando.

QUESTÃO: 44

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO
IMPROCEDENTE.

44. (CONCURSO CRATO/2021) Com base na Lei Maria da Penha são formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras: Considerando verdadeiro (V) ou falso (F) como avaliar as cinco assertivas:

Razões: O quesito em comento se estrutura apenas em letra de lei restrito ao Capítulo II da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha). Deve o quesito oferecer ao candidato condições de aplicar a leitura exigida no edital em matéria de tamanha importância e envergadura para alicerçar um novo pacto civilizatório, sendo assim o quesito que exige esforço intelectual e maior nível de atenção, para identificar se cada assertiva é verdadeira ou falsa para preenchimento da alternativa que melhor satisfaz o comando, assim temos:

I. a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal - Art. 7º, I, Lei 11.340/2006 - VERDADEIRA

II. a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação - Art. 7º, II, Lei 11.340/2006 - VERDADEIRA

III. a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos - Art. 7º, III, Lei 11.340/2006 - VERDADEIRA

IV. a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades - Art. 7º, IV, Lei 11.340/2006 - VERDADEIRA

V. a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria - Art. 7º, IV, Lei 11.340/2006 - VERDADEIRA

Portanto, a alternativa que satisfaz o comando é a alternativa D, todas as assertivas são verdadeiras.



Da Habilidade: Espera-se do candidato a memorização para identificar a alteração de alternativas ofereça ou não confronto ao comando.

QUESTÃO: 45

RESULTADO: RECURSO ACEITO
PROCEDENTE. QUESTÃO NULA

Razões: ausência da partícula “exceto” no comando.

INTERPRETE DE BRAILLE

QUESTÃO: 32

RESULTADO: RECURSO ACEITO

PROCEDENTE. A questão 32 da prova específica - Intérprete Braille - não apresentava de forma clara a marcação dos itens como alternativas assinaláveis, contendo apenas os parênteses. Ainda, a questão apresentava um equívoco quanto ao ano referente à introdução do Braille em outros países. QUESTÃO NULA.

QUESTÃO: 34

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. A questão 34 pedia que o candidato(a) assinalasse a alternativa **incorreta** de acordo com a Grafia Braille para a Língua Portuguesa. Nessa caso, a alternativa a ser marcada é a letra “D” já que a grafia Braille compreende sim aspectos relacionados a alguns diacríticos necessários à escrita de palavras em outras línguas e na própria língua portuguesa. No gabarito, a questão 34, consta exatamente a letra “D”, e não a letra “E”, como disse no recurso.

QUESTÃO: 37

RESULTADO: RECURSO ACEITO

PROCEDENTE. A questão 37 da prova específica - Intérprete Braille - apresenta um erro no gabarito. Alterar gabarito para letra “C”.

QUESTÃO: 39

RESULTADO: RECURSO ACEITO

PROCEDENTE. A questão 39 da prova específica - Intérprete Braille - apresenta duas alternativas incorretas, sendo a letra A e a letra E. Nesse sentido, o recurso é procedente, já que não teria como o candidato marcar duas opções incorretas. QUESTÃO NULA.

QUESTÃO: 42

RESULTADO: RECURSO ACEITO

PROCEDENTE. A questão 42 da prova específica - Intérprete Braille - expõe um erro na apresentação do gabarito, sendo a alternativa correta a letra “C”.

Interprete de Libras, ou seja, “TRADUTOR E INTERPRETE DE LIBRAS”

QUESTÃO: 34

RESULTADO: RECURSO ACEITO

PROCEDENTE. QUESTÃO NULA.

MÚSICO

QUESTÃO: 33

RESULTADO: RECURSO ACEITO

PROCEDENTE. A digitação adequada do item correto é Mi. QUESTÃO NULA

TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO

QUESTÃO: 31

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. Houve um equívoco na digitação da norma. Onde está escrito NBR 41.280 o correto é NBR 14.280. No entanto tal equívoco em nada prejudica o desenvolvimento e entendimento da questão e do seu conteúdo, que se refere ao cadastro de acidente de trabalho, uma vez que segue a norma, onde o gabarito é a alternativa D (somente IV está correta).



QUESTÃO: 33

RESULTADO: RECURSO ACEITO

PROCEDENTE. A questão não apresenta alternativa correta. QUESTÃO NULA.

QUESTÃO: 41

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. A NR-6, em seu Anexo I, faz distinção entre os EPIs para cabeça (item A do anexo) e EPIs para membros superiores (item F do mesmo anexo):

A - EPI PARA PROTEÇÃO DA CABEÇA

A.1 - Capacete

A.2 - Capuz ou balaclava

F - EPI PARA PROTEÇÃO DOS MEMBROS SUPERIORES

F.1 - Luvas

F.2 - Creme protetor

F.3 - Manga

F.4 - Braçadeira

F.5 - Dedeira

QUESTÃO: 43

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. A NR-5 cita em seu item 5.6.4:

“Quando o estabelecimento não se enquadrar no Quadro I, a **empresa** designará um responsável pelo cumprimento dos objetivos desta NR, podendo ser adotados mecanismos de participação dos empregados, através de negociação coletiva.”

A alternativa C está incorreta ao afirmar que:

“no caso de empresas sem obrigação de constituir CIPA os **empregados** devem designar um responsável pelo cumprimento dos objetivos da NR.”

QUESTÃO: 44

RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO

IMPROCEDENTE. A NR-18, em seu item 18.4.2.4:

“ A instalação sanitária deve ser constituída de lavatório, vaso sanitário e mictório, na proporção de 1 (um) conjunto para cada grupo de 20 (vinte) trabalhadores ou fração, bem como de chuveiro, na proporção de 1 (uma) unidade para cada grupo de 10 (dez) trabalhadores ou fração.”

A questão, ao se referir unicamente a NR-18 em seu enunciado, se orienta no item 18.4.2.4 supracitado, onde a alternativa B é a única que atende o número mínimo exigido para alguns desses elementos.